




# CADERNO DE PROVA

-  08h às 11h 30 min
-  3h 30 min de duração\*
-  40 questões

## Oficial Legislativo

Nome do candidato(a): \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Número do Documento de identificação: \_\_\_\_\_

### Atenção

Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

\* A duração da prova inclui o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

#### Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este caderno de prova;
- um cartão-resposta que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Verifique, no caderno de prova, se:

- faltam folhas;
- a sequência de questões está correta;
- há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

**Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.**

#### Informações importantes

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas deverá ser assinalada.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, **entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta** devidamente preenchido e assinado.



## Conhecimentos Gerais

(15 questões)

- 1- Quanto ao uso dos porquês, verifique qual alternativa está incorreta.
- A. Não escreveram por quê.
  - B. Os lugares porque andei, foram vários.
  - C. O porquê da sua falta eu desconheço.
  - D. Por que você agiu dessa maneira?
  - E. Fizeste isso só neste momento, por quê?
- 2- Quanto a concordância verbal, verifique qual oração está incorreta:
- A. Hoje são 15 de maio de 2015.
  - B. Hoje é 20 de abril de 2015.
  - C. Fazia dez anos que Mateus parou de estudar.
  - D. Vendem-se carros.
  - E. Confiam-se em pessoas honestas.
- 3- A crase caracteriza-se como a fusão de duas vogais idênticas, relacionadas ao emprego da preposição “a” com o artigo feminino a (s), com o “a” inicial referente aos pronomes demonstrativos – aquela (s), aquele (s), aquilo e com o “a” pertencente ao pronome relativo a qual (as quais). Casos estes em que tal fusão se encontra demarcada pelo acento grave (´): à(s), àquela, àquele, àquilo, à qual, às quais. Em relação ao uso, considere qual oração está incorreta quanto ao uso da crase:
- A. Refiro-me à bela Urussanga, sendo uma cidade colonizada pelos imigrantes italianos.
  - B. O jogador fez um gol à Messi.
  - C. A homenagem foi feita à gerente da loja.
  - D. Carla está à espera de uma promoção na empresa.
  - E. Iremos à Concórdia e Mafra.

- 4- Leia a tira de Armandinho abaixo:



Fonte: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/27431-tiras-de-armandinho#foto-505619>>.

Acesso em: 20 jun. 2015.

### Ampliação do texto da tirinha

Quadro 1: “Pai, decidi abrir o meu negócio!”  
“Você me ajuda?” “Ah?”

Quadro 2: “Filha, acho lindo... mas para abrir um negócio é preciso planejamento, conhecimento, capital, visão empresarial, e um monte de...”  
“Pai!”

Quadro 3: “Eu só preciso de uma tesoura!”

I - Pai e Filha são vocativos.

II - Pai é vocativo e Filha apostro.


III - “Negócio” é um termo utilizado pela filha no sentido popular.

Assinale uma das alternativas abaixo.

- A. I está correta.
  - B. II e III estão corretas.
  - C. III está correta.
  - D. II está correta.
  - E. I e III estão corretas.
- 5- Quanto à concordância nominal, assinale a frase que está grafada incorretamente:
- A. Um ou outro livro me emocionam.
  - B. É proibida a pesca neste rio.
  - C. É proibida pesca neste rio.
  - D. Deixo bem fechadas todas as portas.
  - E. Policial diz para as pessoas se mantenham alertas em lugares perigosos.

- 6- Analisando a planilha abaixo do Microsoft Excel 2010 versão em português, onde temos um aluno chamado Marcelo com suas respectivas notas, qual seria a fórmula correta para calcular a média do mesmo?

|   | A       | B     | C     | D     | E     | F     |
|---|---------|-------|-------|-------|-------|-------|
| 1 | Boletim | Nota1 | Nota2 | Nota3 | Nota4 | Média |
| 2 | Marcelo | 5     | 7     | 8     | 10    |       |

- A. =SOMA(B2:E2)  
 B. = B1+C1+D1+E1/4  
 C. =B2+C2+D2+E2/4  
 D. =(B2+C2+D2+E2)/4  
 E. = (B1+C1+D1+E1)/4
- 7- Caso uma pessoa deseje colar um texto copiado de uma página da Internet, no Microsoft Word 2010 versão em português, quais teclas de atalho deverão ser utilizadas?  
 A. Ctrl + Z  
 B. Ctrl + V  
 C. Alt + V  
 D. Ctrl + Alt + C  
 E. Shift + Z
- 8- No Microsoft Word 2010 versão em português, o botão  tem qual função abaixo?  
 A. Fazer o texto parecer como se tivesse sido marcado como um marca-texto.  
 B. Alterar a cor do Texto.  
 C. Aplicar um efeito visual ao texto selecionado, como sombra, brilho ou reflexo.  
 D. Colorir o plano de fundo atrás do texto ou parágrafo selecionado.  
 E. Copiar a formatação de um local e aplicá-la a outro.
- 9- Quando selecionamos um arquivo no Windows 7, versão em português, se desejarmos excluir o mesmo de maneira permanente, quais teclas de atalho deveremos utilizar?  
 A. Ctrl + Delete  
 B. Shift + Delete

- C. Tab + delete  
 D. Home + delete  
 E. Alt + delete

- 10- Qual aplicativo abaixo podemos utilizar para confeccionar slides?  
 A. Power Point  
 B. Outlook  
 C. Skype  
 D. Bloco de Notas  
 E. Paint

- 11- Você decide pegar um táxi para ir até o seu local de realização da prova do concurso. Ao entrar no táxi, observa que o taxímetro marca R\$ 6,00. Para chegar ao seu destino final, levou um tempo de 10 min. O total pago que estava marcando no taxímetro, ao final da corrida foi de R\$ 36,00. Assinale a equação correta que representa o cálculo feito pelo equipamento (considere que t representa tempo em minutos):  
 A. Valor Pago = 2.t + 6,00  
 B. Valor Pago = 4.t + 6,00  
 C. Valor Pago = 3.t + 6,00  
 D. Valor Pago = 3.t – 6,00  
 E. Valor Pago = 4t – 6,00

- 12- Você passou no concurso, começou a exercer sua função de OFICIAL LEGISLATIVO, logo no primeiro salário uma surpresa. Você recebeu a quantia de R\$ 3.203,65, sabendo que o salário indicado era de R\$ 3.051,09. Você conversou com a pessoa responsável, sobre o possível erro, e esta informou que, o valor a mais era referente a um prêmio assiduidade. Desta forma, assinale a alternativa que corresponde ao valor da porcentagem que foi acrescentada ao seu salário:  
 A. Aproximadamente 10%  
 B. Aproximadamente 11%  
 C. Aproximadamente 50%  
 D. Aproximadamente 3%  
 E. Aproximadamente 5%

- 13- Foi solicitado que você executasse uma tarefa. No tempo inicial você, sozinho, levou



## Conhecimentos Específicos

(25 questões)

- 16- Com base no 41º artigo, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar:
- A. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores não nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
  - B. São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores não nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
  - C. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento temporário em virtude de concurso público.
  - D. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
  - E. São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento temporário em virtude de concurso público.
- 17- Com base no 41º artigo, com Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é incorreto afirmar:
- A. O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
  - B. O servidor público estável só perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
  - C. O servidor público estável só perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
  - D. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.
  - E. Extinto o cargo ou declarada a sua necessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- 18- Com base no TÍTULO III, CAPÍTULO I - Da Organização Política Administrativa - da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar:
- A. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, recusar fé aos documentos privados.
  - B. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, criar indistincões entre brasileiros ou preferências entre si.
  - C. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
  - D. É facultado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.
  - E. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

19- Com base no 29º artigo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pode-se julgar verdadeiro:

- A. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado.
- B. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em turno único, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado.
- C. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado.
- D. O Município reger-se-á por lei complementar, votada em três turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado.
- E. O Município reger-se-á por lei ordinária, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada pela maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado.

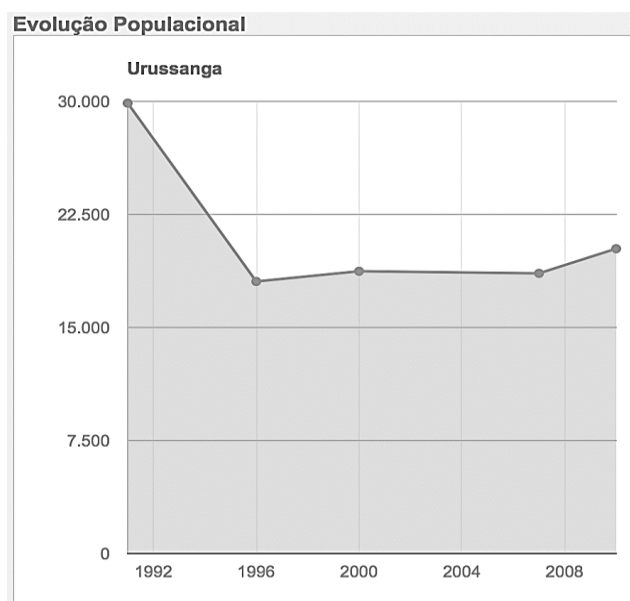
20- Com base nos artigos 29 e 29-A da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é incorreto afirmar:

- A. A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com

folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

- B. O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de vinte e cinco por cento da receita do Município.
- C. Em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- D. O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente.
- E. Constitui crime de responsabilidade do Presidente da Câmara Municipal se a mesma gastar mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

21- Com base no gráfico de evolução populacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do município de Urussanga (SC) e no 29º artigo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa que melhor estima a composição da Câmara de Vereadores do Município de Urussanga (SC) entre os anos de 1991 e 2010:



| Ano  | Urussanga* |
|------|------------|
| 1991 | 29.882     |
| 1996 | 18.049     |
| 2000 | 18.727     |
| 2007 | 18.588     |
| 2010 | 20.223     |

\* Número de habitantes no município de Urussanga (SC).  
 Fonte: Adaptado de IBGE. Disponível em:  
<http://cod.ibge.gov.br/470Q>. Acesso em: 10 jun. 2015.

- A. Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 9 (nove) Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
- B. Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 11 (onze) Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes.
- C. Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 13 (treze) Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.
- D. Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 15 (quinze) Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes.
- E. Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de 17 (dezessete) Vereadores, nos Municípios de mais de 80.000 (oitenta mil) habitantes e de até 120.000 (cento e vinte mil) habitantes.
- 22- Com base no 30º artigo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é incorreto afirmar:
- A. Compete aos Municípios criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação municipal.
- B. Compete aos Municípios prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
- C. Compete aos Municípios instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- D. Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.
- E. Compete aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- 23- Com base no TÍTULO IV, CAPÍTULO I, SEÇÃO VIII - DO PROCESSO LEGISLATIVO, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é correto afirmar:
- A. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- B. A proposta de emenda à Constituição será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, dois quintos dos votos dos respectivos membros.
- C. A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.
- D. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- E. Será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e periódico.



24- Com base na Lei Orgânica do Município de Urussanga (SC), acerca da competência da Câmara Municipal, com sanção do Prefeito Municipal, ou por competência exclusiva, pode-se afirmar incorreto:

- A. Compete à Câmara Municipal dispor sobre a transferência temporária da sede do governo municipal.
- B. Compete à Câmara Municipal dispor sobre planos e programas municipais de desenvolvimento, especialmente o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município.
- C. Compete à Câmara Municipal dispor sobre a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas do Poder Executivo.
- D. Compete à Câmara Municipal dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia e sobre a criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços, exceto no tocante a fixação dos respectivos vencimentos.
- E. Compete à Câmara Municipal dispor sobre a organização de suas funções fiscalizadoras.

25- Com base na Lei Orgânica do Município de Urussanga (SC), é correto afirmar que são direitos específicos dos servidores públicos, exceto:

- A. Proibição de diferença de vencimento ou de salário, de exercício de função e critérios de admissão, bem como de ingresso e frequência em curso de aperfeiçoamento e treinamento por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.
- B. Remuneração de serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinquenta) por cento à do normal.
- C. Irredutibilidade real de vencimento ou salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.
- D. Duração do trabalho normal não superior a 8 (oito) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) horas semanais,

facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

- E. Licença à gestante, sem prejuízo do emprego, do vencimento ou do salário, com duração de 180 (cento e oitenta) dias.

26- Com base no CAPÍTULO IX, SEÇÃO II - DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - da Lei Orgânica do Município de Urussanga (SC), é incorreto afirmar:

- A. A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e entidades públicas deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo ou não constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- B. Os atos da administração pública obedecerão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.
- C. A administração é obrigada a fornecer, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a qualquer interessado, certidão ou cópia autenticada de atos, contratos e convênios administrativos, sob pena de responsabilização da autoridade ou de servidor que negar ou retardar a expedição.
- D. Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienação serão contratados mediante prévio processo formal e licitação pública.
- E. Os atos de improbidade administrativa importarão na perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, na forma e graduação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

27- Com base no CAPÍTULO V, SEÇÃO I, SUBSEÇÃO II - DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA - da Lei Orgânica do Município de Urussanga (SC), é incorreto afirmar:

- A. O Município pode instituir como tributos os impostos, as taxas em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição e as contribuições de melhoria decorrente de obras públicas.
- B. Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, sendo facultado à administração municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos de lei específica, os seus patrimônios, rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- C. As taxas não poderão ser cobradas por valor superior ao custo de seus fatos geradores, mas poderão ter base de cálculo própria de impostos lançados pela mesma ou por outra pessoa de direito público.
- D. O Município poderá instituir contribuição, cobrada de seus servidores, em benefício destes, para custeio de Sistema de Previdência e Assistência Social, devendo concorrer com a mesma importância para o mesmo fim.
- E. O lançamento de contribuição de melhoria terá como limite total a despesa havida com a realização da obra pública que constituir seu fato gerador e, como limite individual, a valorização que da obra resultar para cada imóvel por ela beneficiado, além de outros definidos em lei.

28- Com base na Constituição do Estado de Santa Catarina, pode-se afirmar corretamente que:

- A. O Estado de Santa Catarina, unidade inseparável da República Federativa do Brasil, formado pela união de seus Municípios, visando à construção de

uma sociedade livre, justa e solidária, preservará os princípios que denigrem o estado democrático de direito.

- B. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.
- C. O Estado, por suas leis e pelos atos de seus agentes, assegurará, em seu território e nos limites de sua competência, os direitos e garantias individuais e coletivos, sociais e políticos previstos na Constituição Federal e nesta Constituição, ou decorrentes dos princípios e do regime por elas adotados, exceto os constantes de tratados internacionais em que o Brasil seja parte.
- D. As omissões do Poder Público que tornem inviável o exercício dos direitos constitucionais, serão supridas na esfera judicial, sob pena de responsabilidade da autoridade competente, no prazo de sessenta dias, contados do requerimento do interessado, sem prejuízo da utilização de medidas administrativas.
- E. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes nomeados ou indiretamente, nos termos da Constituição do Estado de Santa Catarina.

29- Com base no 11º artigo da Constituição do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar:

- A. O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando o Tribunal de Justiça não der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados nesta Constituição ou para prover a execução de lei, ordem ou decisão judicial.
- B. O Estado não intervirá nos Municípios, exceto quando não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

- C. A intervenção no Município se dará por decreto do Governador do Estado, de ofício, ou mediante representação fundamentada da maioria relativa da Câmara Municipal ou do Tribunal de Contas, nos casos em que não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.
- D. O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação da Assembleia Legislativa, no prazo de vinte e quatro horas, a qual, se não estiver reunida, será convocada ordinariamente, no mesmo prazo.
- E. Cessados os motivos da intervenção, os afastados retornarão, sem impedimento legal, a seus cargos, com prejuízo da apuração dos atos por eles praticados.

30- Com base no 113º artigo da Constituição do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar:

- A. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública municipal, quanto à legalidade, à legitimidade, à economicidade, à aplicação das subvenções e à renúncia de receitas, é exercida somente pela Câmara Municipal, mediante controle externo.
- B. O Tribunal de Contas do Estado emitirá parecer sobre as contas prestadas mensalmente pelo Prefeito até o antepenúltimo dia do exercício em que foram prestadas.
- C. O parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas prestadas anualmente pelo Prefeito só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.
- D. A Câmara Municipal julgará as contas anteriormente à emissão do parecer prévio do Tribunal de Contas.
- E. As contas do Município ficarão durante sessenta dias, anualmente, à

disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

31- Com base no TÍTULO I, CAPÍTULO III - DO PLENÁRIO - do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga (SC), assinale a alternativa incorreta:

- A. O Plenário é o órgão deliberativo e soberano da Câmara Municipal, constituído pela reunião de Vereadores em exercício, em local, forma e número estabelecido pelo Regimento Interno.
- B. As deliberações do Plenário dar-se-ão sempre por voto aberto, exceto nos casos previstos no Regimento Interno.
- C. As Reuniões das Sessões Legislativas Ordinárias e Extraordinárias da Câmara realizar-se-ão na sala do Plenário, podendo realizar-se fora do recinto da Câmara, mediante requerimento da Mesa Diretora aprovado por maioria relativa dos membros da Câmara ou resolução complementar.
- D. Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça a sua utilização, a Mesa Diretora designará outro local para a realização das Reuniões com ampla divulgação e atendendo aos dispositivos do Regimento Interno.
- E. Durante as Reuniões somente os Vereadores, desde que trajados socialmente, poderão permanecer no recinto do Plenário.

32- Com base no 48º artigo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga (SC), assinale a alternativa correta:

- A. São atribuições do Plenário discutir e votar as leis municipais sobre matérias de competência do Município e do Estado.
- B. São atribuições do Plenário discutir e votar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, mas não o orçamento anual.

- C. São atribuições do Plenário autorizar, sob a forma de lei, observadas as normas constantes das Constituições Federal e Estadual, Lei Orgânica Municipal e demais leis incidentes, a alienação e concessão de direito real de uso de bens imóveis municipais.
- D. São atribuições do Plenário dar consentimento para o Prefeito se ausentar do cargo por prazo superior a 25 (vinte e cinco) dias e em viagem para o exterior.
- E. São atribuições do Plenário conceder licença para Vereador desempenhar missão especial em caráter permanente.
- 33- Com base no 60º artigo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga (SC), é incorreto afirmar:
- A. Cabe às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, convocar os Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições no exercício de suas funções, nos termos do Regimento Interno.
- B. Cabe às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, receber petições, reclamações, representações ou queixas de associações e entidades comunitárias ou de qualquer pessoa contra atos e omissões de autoridades ou entidades públicas municipais, estaduais e federais.
- C. Cabe às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, redigir o voto vencido em discussão única e oferecer redação final aos projetos, de acordo com seu mérito, bem como, quando for o caso, propor a reabertura da discussão nos termos regimentais.
- D. Cabe às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, apreciar programas de obras, planos regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.
- E. Cabe às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, acompanhar, junto ao Executivo, a elaboração das propostas das leis orçamentárias, bem como a sua posterior execução.
- 34- Com base no TÍTULO II, CAPÍTULO II, SEÇÃO IV - DAS REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS - do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga (SC), pode-se afirmar incorreto:
- A. As Reuniões Extraordinárias quando feitas fora de Reunião Ordinária, a convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente, através de comunicação pessoal e escrita, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.
- B. As Reuniões Extraordinárias ocorridas durante a Sessão Legislativa Ordinária serão convocadas pelo Presidente da Câmara.
- C. Na Reunião Extraordinária haverá Expediente que terá a duração de 01 (uma) hora, podendo ser prorrogada, sendo esse tempo reservado à leitura das matérias que tenham sido objeto de convocação, não havendo Explicação Pessoal.
- D. Aberta a Reunião Extraordinária com a presença de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara e não contando, após a tolerância de 15 (quinze) minutos, com a maioria absoluta para discussão e votação das proposições, o Presidente encerrará os trabalhos, determinando a lavratura da respectiva Ata que independerá de aprovação.
- E. As Reuniões Extraordinárias ocorridas durante a Sessão Legislativa Ordinária serão convocadas pelo Presidente da Câmara e sempre que possível, a convocação far-se-á em Reunião Ordinária.

35- Com base no 10º artigo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga (SC), é correto afirmar:

- A. A função legislativa consiste em deliberar por meio de emendas à Lei Orgânica Municipal, leis, decretos legislativos e resoluções sobre todas as matérias de competência do Estado.
- B. A função administrativa não se restringe à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e a estruturação e direção de seus serviços auxiliares.
- C. A função de fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município e das Entidades da Administração Indireta Municipal, é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado compreendendo somente a apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito.
- D. A função julgadora é exercida por meio do julgamento do Prefeito e dos Vereadores por, respectivamente, falta ético-parlamentar e infração político-administrativa, nos termos do Regimento Interno.
- E. A função de fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Município e das Entidades da Administração Indireta Municipal, é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, podendo compreender o julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio de bens e recursos públicos ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário.

36- Com base no 38º artigo do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga

(SC), acerca das atribuições do Presidente da Câmara, pode-se afirmar incorretamente:

- A. Compete ao Presidente da Câmara dirigir as atividades legislativas da Câmara em conformidade com as normas legais e do Regimento Interno, praticando todos os atos que, explícita ou implicitamente, caibam ao Plenário, à Mesa em conjunto, às Comissões ou a qualquer de seus integrantes, individualmente considerados.
- B. Compete ao Presidente da Câmara promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal.
- C. Compete ao Presidente da Câmara exercer, em substituição, a chefia do Executivo.
- D. Compete ao Presidente da Câmara declarar extintos o mandato do Prefeito e de seu substituto legal.
- E. Compete ao Presidente da Câmara requisitar força, quando necessário, à preservação da regularidade de funcionamento da Câmara.

37- Com base no TÍTULO I, CAPÍTULO IV, SEÇÃO III, SUBSEÇÃO V - DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO - do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga (SC), é correto afirmar:

- A. A Comissão Parlamentar de Inquérito, que será composta de 03 (três) membros efetivos, será constituída por ato da Presidência, que nomeará os membros desta Comissão por indicação dos Líderes dos Partidos.
- B. Considerar-se-ão impedidos de atuar nesta Comissão, os Vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado, bem como aqueles que não tiverem interesse pessoal na apuração e, ainda, aqueles que forem indicados

no requerimento de constituição para servir como testemunhas.

- C. As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito somente serão realizadas com a presença de 2/3 de seus membros.
- D. Em caso excepcional, e devidamente justificado, poderá o Presidente requisitar ao Presidente da Câmara o assessoramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, por profissionais técnicos na matéria em exame, mesmo que a própria Câmara Municipal disponha de tal funcionário em seu quadro.
- E. Não havendo acordo das Lideranças no tocante à indicação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, proceder-se-á à escolha por eleição, votando cada Vereador, inclusive o Presidente da Câmara, em um único nome para membro da Comissão, considerando-se eleitos e, por conseguinte, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, os Vereadores mais votados.

38- Com base no TÍTULO I, CAPÍTULO V, SEÇÃO V, SUBSEÇÃO I - DAS CONDUTAS INCOMPATÍVEIS COM O DECORO PARLAMENTAR - do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga (SC), é incorreto afirmar:

- A. Praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Câmara Municipal é conduta incompatível com o decoro parlamentar, punível com a censura verbal.
- B. A censura verbal será aplicada em reunião pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem os substituir, assegurada a ampla defesa.
- C. Praticar ofensas físicas ou morais na sede da Câmara, a outro parlamentar, a Mesa ou Comissão ou seus respectivos Presidentes é conduta incompatível

com o decoro parlamentar, punível com a censura escrita.

- D. O Vereador reincidente que referir-se, de forma descortês ou injuriosa, a qualquer de seus pares e, de forma geral, a qualquer representante do Poder Público, às instituições ou pessoas, constitui conduta incompatível com o decoro parlamentar, punível com a censura escrita.
- E. Revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado de que tenha tido conhecimento na forma regimental, é conduta incompatível com o decoro parlamentar, punível com a suspensão temporária do mandato.

39- Com base no TÍTULO III, CAPÍTULO VI, SEÇÃO II - DA DESTINAÇÃO - do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga (SC), é incorreto afirmar:

- A. Os Projetos de Resolução destinam-se a regular matérias da administração interna da Câmara Municipal e de seu processo legislativo, nos termos do Regimento Interno.
- B. Os Projetos de Decreto Legislativo destinam-se a regular matérias de exclusiva competência da Câmara Municipal que tenham efeito externo, nos termos do Regimento Interno.
- C. Os Projetos de Lei Ordinária destinam-se a regular toda matéria legislativa de competência da Câmara Municipal, sujeita à sanção do Prefeito.
- D. Não será objeto de Lei Complementar a fiscalização financeira da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.
- E. As Leis Complementares serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.

40- Com base no TÍTULO III, CAPÍTULO IX - DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO - do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga (SC), é correto afirmar:





## **CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE**

Entidade Mantenedora: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE

Utilidade Pública: Municipal Lei nº 543/77 – Estadual Lei nº 5.534 de 31-05-79 – Federal Proc. M.J. nº 74.99/77

Dec. nº. 89.685/84 – Reg. CNAS nº 23002-352/86-00 – CNPJ: 82.975.236/0001-08

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CCEAS 045/2003



**É permitido destacar essa folha do caderno de prova.**

**Esta folha contém espaço reservado para a anotação de suas respostas e pode ser levada para conferência.**

**CONCURSO PÚBLICO N° 001/2015**

**DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE URUSSANGA E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA**

|   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|   |   |   |   |   |   |   |   |   |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |

|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |



## **CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE**

Entidade Mantenedora: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE

Utilidade Pública: Municipal Lei nº 543/77 – Estadual Lei nº 5.534 de 31-05-79 – Federal Proc. M.J. nº 74.99/77

Dec. nº. 89.685/84 – Reg. CNAS nº 23002-352/86-00 – CNPJ: 82.975.236/0001-08

Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CCEAS 045/2003